



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 25/XIV/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de maio de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na Auditório António de Almeida Santos do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 22, relativa à reunião de 10 de março;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 233/XIV/1.ª (PSD) - Alteração da denominação da freguesia de "Passos" no município de Fafe, para "Paços"
Deputada autora do parecer: Maria da Luz Rosinha (PS);**
- 3. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 594/XIII/4.ª - "Solicitam a adoção de medida legislativa com vista à criação da carreira especial de técnico superior jurista"
Relatora: Deputada Palmira Maciel (PS);**
- 4. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 5. Apreciação, votação da nota de admissibilidade e designação de Deputado relator do GP do PS da Petição n.º 38/XIV/1.ª - Contra as obras para fechar a Baixa de Lisboa;**
- 6. Apreciação e votação do Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia - 2019 (a remeter à CAE até ao dia 15 de maio de 2020).
Relatora: Deputada Carla Borges (PSD)**
- 7. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2018
Relator: Deputado António Gameiro (PS)**
- 8. Deliberação a respeito da tramitação subsequente dos Projetos de Lei n.ºs 94/XIV (PEV) - Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho; 188/XIV/1.ª (PAN) - Altera o**



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 25/XIV/ 1.ª SL

Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional, 197/XIV/1.ª (BE) - Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais e 200/XIV/1.ª (PCP) - Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador, que baixaram, sem votação, por 60 dias, à 13.ª Comissão em 6 de março de 2020;

9. Ponto da situação dos pareceres das iniciativas legislativas distribuídas e dos relatórios finais de petições;

10. Outros assuntos.

16H00 – Segunda Audição Regimental da Senhora Ministra da Coesão Territorial, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

1. **Apreciação e votação da ata n.º 22, relativa à reunião de 10 de março;**

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se as ausências do PCP e do CDS-PP.

2. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 233/XIV/1.ª (PSD) - Alteração da denominação da freguesia de "Passos" no município de Fafe, para "Paços"**

Deputada autora do parecer: Maria da Luz Rosinha (PS);

A Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) apresentou de forma sucinta o parecer de sua autoria.

Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) para referir que acompanha o parecer apresentado, saudando a sua elaboração, e para pôr à consideração da Comissão a seguinte questão de natureza procedimental, já adotada no passado, no sentido de que o parecer seja remetido ao PAR, de modo a que o GP



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 25/XIV/ 1.ª SL

do PSD solicite o seu agendamento, sem tempos, para uma sexta-feira, permitindo que ocorra no mesmo momento a sua votação, na generalidade, na especialidade e final global.

Submetidas à votação as partes I (Considerandos) e III (Conclusões), foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do PCP e do CDS-PP.

3. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 594/XIII/4.ª - "Solicitam a adoção de medida legislativa com vista à criação da carreira especial de técnico superior jurista"

Relatora: Deputada Palmira Maciel (PS);

A Senhora Deputada relatora apresentou o relatório final da Petição n.º 594/XIII/4.ª.

A Senhora Deputada Isaura Morais (PSD) usou da palavra para saudar a relatora e afirmar a sua concordância com as conclusões.

Submetido à votação, foi o relatório final aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP e do CDS-PP.

4. Distribuição de iniciativas legislativas;

O Senhor Presidente pôs à consideração a elaboração de parecer relativamente às seguintes iniciativas legislativas que baixaram com conexão à 13.ª Comissão: Projetos de Lei n.ºs [239/XIV/1.ª \(BE\)](#) – *Pagamento a 100% do subsídio de doença em caso de situações de tuberculose ou de outros casos de isolamento profilático por doença infetocontagiosa* - Deputado Autor do Parecer: Grupo Parlamentar PS; [245/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - *Incorpora no Código do Trabalho as faltas motivadas por isolamento profilático como justificadas e atribui aos beneficiários um montante diário de subsídio de doença correspondente a 100% da remuneração* - Deputado Autor do Parecer: Grupo Parlamentar BE; [255/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - *Reforça o subsídio de doença em caso de surto epidémico e assegura que não há perda de remuneração em situação de isolamento profilático por doença infetocontagiosa (6.ª alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro)* - Deputado Autor do Parecer: Grupo Parlamentar PSD; [262/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - *Assegura a aplicação do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março, às Instituições particulares de solidariedade social, às associações de autarquias locais e às*



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

ATA NÚMERO 25/XIV/ 1.ª SL

entidades do sector empresarial local (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março - Deputado Autor do Parecer: Grupo Parlamentar PS.

Relativamente aos quatro projetos de lei a Comissão deliberou não elaborar quaisquer pareceres.

No que diz respeito aos Projetos de Resolução n.ºs [311/XIV/1.ª \(CH\)](#) - *Pela colocação de vídeo-interpretas de linguagem gestual nos serviços públicos* e [392/XIV/1.ª \(CH\)](#) - *Pela criação da carreira profissional de técnico auxiliar de saúde*, atendendo ao facto de o Chega não integrar aquela Comissão, foi deliberado remeter a sua discussão para Plenário.

O GP do PAN também se manifestou favorável à discussão em Plenário do Projeto de Resolução n.º [346/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo a articulação entre a assistência à família e a disponibilidade dos trabalhadores de serviços essenciais.*

5. Apreciação, votação da nota de admissibilidade e designação de Deputado relator do GP do PS da Petição n.º 38/XIV/1.ª - Contra as obras para fechar a Baixa de Lisboa;

A Nota de Admissibilidade desta petição foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do CDS-PP, tendo sido designada relatora da mesma a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN), em aditamento ao proposto na Nota de Admissibilidade, sugeriu que, relativamente às entidades a ouvir, fossem consultadas a Associação de Valorização do Chiado (AVChiado), a União das Associações do Comércio e Serviços, a MUBI e a ZERO- Associação Sistema Terrestre Sustentável.

No que diz respeito à tramitação subsequente, expressou o entendimento de que deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal e não apenas à Câmara Municipal, pois são dois órgãos distintos com competências próprias.



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 25/XIV/ 1.ª SL

6. Apreciação e votação do Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2019

Relatora: Deputada Carla Borges (PSD)

A Senhora Deputada Carla Borges (PSD) apresentou o respetivo relatório sobre o Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2019. A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) disse ter algumas diferenças – não poucas – relativamente à forma como a União Europeia, pelas suas regras, tenta limitar o investimento público, o desenvolvimento dos serviços públicos e dos setores estratégicos em Portugal, justificando assim a abstenção do seu Grupo Parlamentar.

Também a Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN), agradecendo o trabalho da Deputada Carla Borges e apesar de votar favoravelmente o relatório, interveio para fazer o seguinte reparo: é que, não obstante ter havido um esforço na transição digital da Administração Pública, esta ainda está aquém do necessário e exemplo disso é o que se passa a nível das escolas. A Senhora Deputada Carla Borges (PSD) interveio para esclarecer que o Relatório coloca Portugal na 19.ª posição a nível das *Telecomunicações, Sociedade da Informação, Modernização Administrativa e Governo Eletrónico*.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do PAN e do IL, e a abstenção do BE.

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2018 (a remeter à COF até ao dia 22 de maio de 2020).

Relator: Deputado António Gameiro (PS)

O Senhor Presidente informou que aquele ponto foi incluído na Ordem de Trabalhos posteriormente ao envio da convocatória para aquela reunião para cumprir o prazo de 22 de maio, tendo sido o parecer distribuído cerca de uma hora antes do início daquela reunião. Ora, atendendo ao facto de que, consultada a Comissão de Orçamento e Finanças, ter-se verificado ser possível uma dilação de cerca de uma semana a respeito da remessa do parecer da 13.ª Comissão àquela Comissão Parlamentar, foi deliberado por consenso adiar este ponto para a próxima reunião.

8. Deliberação a respeito da tramitação subsequente dos Projetos de Lei n.ºs 94/XIV (PEV) - Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

ATA NÚMERO 25/XIV/ 1.^a SL

decorrente de doença ou acidente de trabalho; 188/XIV/1.^a (PAN) - Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional, 197/XIV/1.^a (BE) - Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais e 200/XIV/1.^a (PCP) - Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador, que baixaram, sem votação, por 60 dias, à 13.^a Comissão em 6 de março de 2020;

Foi deliberado que não se justificava a constituição de um grupo de trabalho, pelo que foram fixadas as seguintes datas: apresentação de propostas de alteração até ao dia 28 de maio e votação na especialidade no dia 9 de junho.

9. Ponto da situação dos pareceres das iniciativas legislativas distribuídas e dos relatórios finais de petições;

O Senhor Presidente solicitou aos Deputados designados autores de pareceres de iniciativas legislativas e aos relatores de relatórios finais de petições o cumprimento dos prazos regimentais fixados quer para as iniciativas legislativas quer para as petições.

10. Outros assuntos.

A Senhora Deputada Isaura Morais (PSD), a propósito do Projeto de Lei n.º 375/XIV/1.^a (PSD) - *Procede à quarta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, isentando de taxa de registo no sistema de registo de estabelecimentos regulados as entidades responsáveis pela criação e manutenção de «hospitais de campanha» e estruturas afins*, informou que, tendo baixado à Comissão de Saúde, e para efeito de o mesmo poder ser acompanhado, solicitou que seja determinada a conexão com a 13.^a Comissão Parlamentar. Esta sugestão foi aceite por consenso.

Foi ainda deliberado que a próxima reunião da Comissão se realize no dia 27 de maio, quarta-feira, às 14 horas.



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 25/XIV/ 1.ª SL

16H00 – Segunda Audição Regimental da Senhora Ministra da Coesão Territorial, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Presidente da Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, Deputado Fernando Ruas, que presidiu à reunião, começou por cumprimentar a Senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, a Secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira e o Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel, explicitou a metodologia adotada e deu a palavra à Senhora Ministra para uma intervenção inicial.

Após a respetiva intervenção inicial, e no âmbito da primeira ronda de intervenções, usaram da palavra durante seis minutos, os Senhores Deputados Fernando Paulo Ferreira (PS), Carlos Peixoto (PSD), José Maria Cardoso (BE) em *Skype*, Paula Santos (PCP), Bebiana Cunha (PAN) em *Skype* e João Cotrim de Figueiredo (IL). A Senhora Ministra da Coesão Territorial respondeu individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda intervieram durante quatro minutos os Senhores Deputados Filipe Pacheco (PS), Carla Borges (PSD) e José Maria Cardoso (BE) em *Skype*. A Senhora Ministra da Coesão Territorial e os Secretários de Estado responderam ao conjunto das intervenções.

Na terceira ronda usaram da palavra durante dois minutos os Senhores Deputados Jorge Mendes (PSD), Márcia Passos (PSD), Maria Gabriela Fonseca (PSD) em *Skype*, Jorge Paulo Oliveira (PSD), e Isaura Morais (PSD). A Senhora Ministra da Coesão Territorial respondeu ao conjunto das intervenções.

O Senhor Presidente agradeceu a presença da Senhora Ministra e dos Secretários de Estado presentes e deu por concluída a audição.



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 25/XIV/ 1.ª SL

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#), o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 18:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 maio 2020.

O PRESIDENTE

(FERNANDO RUAS)



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 25/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Bebiana Cunha
Carla Borges
Carlos Peixoto
Cecília Meireles
Eurídice Pereira
Fernando Paulo Ferreira
Fernando Ruas
Filipe Pacheco
Isaura Morais
Joana Mortágua
João Cotrim de Figueiredo
Jorge Paulo Oliveira
José Cancela Moura
José Maria Cardoso
Luís Moreira Testa
Márcia Passos
Maria da Luz Rosinha
Maria Germana Rocha
Palmira Maciel
Paula Santos
Pedro Sousa
Raul Miguel Castro
Alexandra Tavares de Moura
Carla Barros
Maria Gabriela Fonseca
Norberto Patinho
Ofélia Ramos